



**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA PÚBLICA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DO ENTRONCAMENTO
REALIZADA EM 24-ABRIL-2025**

ATA N.º 22

----- Aos vinte e quatro dias do mês de abril do ano dois mil e vinte e cinco, na sala de Sessões da Câmara Municipal do Entroncamento, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal sob a Presidência do senhor **Luis Filipe Alves Ribeiro Antunes**, secretariado pelas senhoras Maria Fernanda Pires Fialho Marques Alves e Lúcia Dias Abelha, primeira e segunda-secretárias respetivamente. -----

----- Além daqueles que constituem a Mesa, estiveram presentes os seguintes membros: -----

----- **Em representação do Partido Socialista**, os senhores: -----
Mário André Balsa Gonçalves, Ricardo José Pires Antunes, Francisco José Velez Gaspar, Pedro Miguel Calado Gomes e Ana Cristina Jesus Almeida Coelho. -----

----- **Em representação do Partido Social Democrata**, os senhores: -----
Maria João Gil dos Santos Grácio, Susana Paula Matos Vieira da Cruz, Carlos Manuel Dores Alves, Vítor Manuel Gonzalez, Teresa Maria de Carvalho Pereira Lucas. -----

----- **Em representação Independente**, o senhor: -----
Carlos Pedro Lopes Gomes Antunes Monteiro. -----

----- **Em representação do Partido Chega**, a senhora: -----
Carla Sofia Lopes Sarroeira. -----

----- **Em representação da Coligação Democrática Unitária**, o senhor: -----
Bruno Filipe Nunes Farinha do Nascimento. -----

----- **Em representação do Centro Democrático Social – Partido Popular**, a senhora: -----
Andreia Correia Pereira Dias Domingos. -----

----- **Em representação do Bloco de Esquerda**, a senhora: -----
Rita Isabel Gonçalves Marçal. -----

----- **Na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima**, o senhor: -----

----- Ezequiel Soares Estrada. -----

----- **O Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista**, o senhor Rui Cardoso Maurício, não se fez substituir. -----

----- **Estiveram presentes pela Câmara Municipal**, a senhora Presidente Ilda Maria Pinto Rodrigues Joaquim a Vice-Presidente Tília dos Santos Nunes, o Vereador a Tempo Inteiro José Francisco Leote e os Vereadores, senhores, Rui Jorge Bértolo Lara Madeira Claudino, Rui Pedro Dias Gonçalves e Luis José da Silva Forinho. -----

----- O **Presidente da Assembleia** deu início à sessão quando eram vinte e uma horas e seis minutos, começando por dar a palavra à Primeira Secretária, deputada Maria Fernanda Alves, para efetuar a chamada dos elementos que se encontram notificados para substituir os deputados que comunicaram ausência por período inferior a trinta dias e pediram a sua substituição. -----

----- **Rita Isabel Gonçalves Marçal**, fez juramento, tomou posse e substituiu a deputada do Bloco de Esquerda Maria do Céu dos Santos Carvalho. -----

----- **Carlos Manuel Dores Alves**, substituiu o deputado Dominique Gaspar Ventura, do Partido Social Democrata. -----

----- **Andreia Correia Pereira Dias Domingos**, substituiu o deputado Pedro Miguel Faria Gonçalves, do Centro Democrático Social – Partido Popular. -----

----- **Maria João Gil dos Santos Grácio**, substituiu o deputado Nuno Filipe Januário Nunes e Franco Horta, do Partido Social Democrata. -----

----- **Vitor Manuel Gonzalez Segura**, substituiu o deputado Telmo Alexandre Guerra Menino, do Partido Social Democrata. -----

----- **Maria José Moleirinho Moura Ventura**, foi devidamente notificada para substituir o deputado Tiago Nuno Alfaro de Lima Pereira, do Partido Social Democrata, mas não compareceu nem solicitou substituição. -----

----- O **Senhor Presidente da Assembleia**, fez uso da palavra: Recordo que, de acordo com o Regimento, todas as deliberações são aprovadas em minuta. -----

----- Temos também uma inscrição para intervenção do público, mas antes, temos as atas para aprovar. -----

----- De seguida, o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou as atas número vinte e número vinte e um, relativas à sessão ordinária de vinte e sete de fevereiro e sessão extraordinária de trinta e um de março de dois mil e vinte e cinco, à discussão e posterior votação, informando que a Ata será votada por todos os presentes nas referidas sessões, pelo que nem todos os que aqui estão irão votar. -----

ACTA NÚMERO VINTE: -----

----- Ninguém querendo intervir, o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou a Ata número vinte à votação. -----

VOTAÇÃO DA ACTA NÚMERO VINTE: -----

----- A Ata número vinte, relativa à Sessão Ordinária de vinte e sete de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, foi **aprovada por unanimidade** pelos presentes na referida sessão, de acordo com o n.º 3 do artigo 34.º do Código do Processo Administrativo (CPA). -----

ACTA NÚMERO VINTE E UM: -----

----- Ninguém querendo intervir, o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou a Ata número vinte e um à votação. -----

VOTAÇÃO DA ACTA NÚMERO VINTE E UM: -----

----- A Ata número vinte e um, relativa à Sessão Extraordinária de trinta e um de março de dois mil e vinte e cinco, foi **aprovada por unanimidade** pelos presentes na referida sessão, de acordo com o n.º 3 do artigo 34.º do Código do Processo Administrativo (CPA). -----

----- Continuou no uso da palavra o **Senhor Presidente da Assembleia**: Como sabem e têm conhecimento, todo o expediente é partilhado de imediato e deram entrada dois votos de pesar

pela morte do Papa Francisco. O primeiro, vem da parte do PSD e o segundo, da parte do Partido Socialista, pelo que dou a palavra à Bancada do PSD para efetuar a sua leitura. -----

----- A Senhora **Deputada Susana Vieira da Cruz**, cumprimentou todos os presentes e todos aqueles que acompanham esta Sessão à distância, efetuando de seguida a leitura da nota de pesar apresentada pela sua Bancada: -----

----- A Bancada do Partido Social Democrata na Assembleia Municipal do Entroncamento, apresenta nesta Assembleia o seu mais profundo pesar pelo falecimento de Sua Santidade o Papa Francisco. -----

«Nota de Pesar pelo falecimento de Sua Santidade, o Papa Francisco» -----

O Papa Francisco destacou-se pelo seu firme compromisso para com a defesa dos direitos humanos, da justiça social e da promoção da dignidade de todas as pessoas, independentemente da sua origem, crença ou condição. -----

Durante o seu pontificado, fez-se ouvir sobre os principais temas contemporâneos, sempre em favor da paz, do diálogo e da solidariedade entre os povos, numa incansável defesa de uma sociedade mais justa e fraterna. -----

Neste momento de luto, a Bancada do Partido Social Democrata (PSD) à Assembleia Municipal do Entroncamento mostra-se solidária com todos aqueles que, em todo o Mundo, sofrem com esta perda. -----

Pelo seu percurso, exemplo de vida e contributo para a defesa da justiça, da paz e da dignidade humana, propõe-se que esta Assembleia delibere: -----

- Aprovar o presente Voto de Pesar pelo falecimento de Sua Santidade, o Papa Francisco.» -

----- De seguida, foi dada a palavra ao Senhor **Deputado Ricardo Antunes**, que cumprimentou todos os colegas presentes nesta Assembleia Municipal, os senhores Vereadores, o público presente (referindo que é bom ver esta casa cheia), senhora Chefe de Gabinete, os funcionários que nos acompanham nesta noite (que já faz lembrar algumas noites de verão) e a todos os que nos acompanham lá em casa. -----

----- A Bancada do Partido Socialista da Assembleia Municipal do Entroncamento, apresenta à consideração desta Assembleia o seguinte voto de pesar pelo falecimento do Papa Francisco. -----

«Voto de Pesar pelo falecimento do Papa Francisco» -----

A Assembleia Municipal do Entroncamento, reunida em sessão de 24 de abril de 2025, expressa o seu profundo pesar pelo falecimento de Sua Santidade, o Papa Francisco, ocorrido em 21 de abril de 2025. -----

Jorge Mario Bergoglio, eleito Papa em 2013, marcou o seu pontificado pelo profundo humanismo e por trazer novamente uma visão progressista à Igreja Católica. Uma Igreja, efetivamente, de portas abertas a todos. -----

Na sua autobiografia “Esperança” falou corajosamente da preocupação com crescimento dos populismos e do novo papel da Igreja num tempo de conflitos e incertezas, comparável ao primeiro milénio. -----

“As promessas que se baseiam no medo, acima de tudo, o medo do outro, são a censura habitual dos populismos e o início de ditaduras e guerras. Pois para o outro, o outro és tu.” -

Um outro marco desta sua coragem e da promoção da igualdade de género dentro da Igreja, foi a inédita e histórica nomeação das freiras Simona Brambilla e Alessandra Smerilli para Dicasterios de enorme relevância para a estrutura de decisão do Vaticano. -----

Recordamos ainda a sua particularmente forte ligação a Portugal, enquanto devoto de Nossa Senhora de Fátima, que o levou a juntar-se aos peregrinos para celebrar o centenário das aparições no Santuário de Fátima em 2017, mas também a presença na Jornada Mundial da Juventude em 2023, em Lisboa, onde a sua mensagem de esperança e fraternidade ecoou entre os jovens de todo o mundo. -----

A sua insistência na justiça social, na defesa dos mais vulneráveis, no diálogo inter-religioso e no combate às alterações climáticas ressoou em todo o mundo, inspirando milhões de pessoas, independentemente da sua fé. -----

A laicidade do Estado não o deve tornar indiferente aos homens bons que têm a capacidade de deixar uma marca corajosa e indelével nas comunidades. -----

A Assembleia Municipal do Entroncamento reconhece o impacto profundo do Papa Francisco na promoção da paz, da justiça e da solidariedade, e expressa as suas sinceras condolências à Igreja Católica e a todos os que choram a sua perda. -----

Que a sua memória nos inspire a construir um mundo mais justo e fraterno.» -----

Assim, propõe-se que esta Assembleia Municipal delibere a realização de um minuto de silêncio em memória de Sua Santidade, o Papa Francisco; aprovar o presente voto de pesar e, que sendo aprovado, dele seja dado nota nas plataformas de comunicação do Município e seja remetido ao Bispo da Diocese de Santarém, Dom José Augusto Traquina Maria. -----

Os eleitos da Bancada do Partido Socialista da Assembleia Municipal do Entroncamento. -----

----- De seguida, pediu a palavra a Senhora **Deputada Andreia Dias Domingos**: Cumprimentou todos os presentes e todos os que nos vêem em casa, efetuando de seguida a leitura do voto de pesar apresentado pela Bancada do Centro Democrático Social – Partido Popular: -----

«Nota de Pesar pelo falecimento de Sua Santidade, o Papa Francisco -----

É com profundo pesar e consternação que recebemos a notícia do falecimento de Sua Santidade, o Papa Francisco, figura ímpar do nosso tempo, cuja vida foi inteiramente dedicada ao serviço de Deus, da Igreja e da Humanidade. -----

Enquanto deputada do CDS-PP na Assembleia Municipal do Entroncamento e em nome de todos os que partilham da fé cristã e dos valores da dignidade humana, da justiça social e da solidariedade, quero expressar o mais sentido pesar por esta perda irreparável. -----

O Papa Francisco foi um exemplo vivo de humildade, coragem e amor ao próximo. Com o seu pontificado, marcou a história da igreja e do mundo, pela simplicidade com que viveu, pela firmeza com que defendeu os mais pobres e esquecidos e pela ousadia com que clamou por paz, diálogo e fraternidade entre os povos. -----

Foi um pastor que nos recordou que a fé cristã não se esgota em palavras, mas que se concretiza em gestos de compaixão, pontes construídas sobre o perdão e num coração aberto à verdade do evangelho. -----

A sua voz foi farol esperança num mundo tantas vezes marcado pela indiferença. -----

À Igreja católica, ao povo argentino e a todos os fiéis que choram a sua partida, manifesto a minha mais sincera solidariedade. Que o seu legado continue a inspirar gerações, dentro e fora da igreja, a viver com fé, justiça e amor.» -----

----- De seguida, pediu a palavra o Senhor **Deputado Bruno Melo**: Boa noite a todos. -----

----- De uma forma muito breve, louvar e aprovar, desde já, qualquer voto de louvor a um homem que, de facto, sempre visou a paz de uma forma muito especial, de encontrar a paz e promover a paz e não o armamento. Lutar contra o armamento e em favor da paz dos povos. -

----- Por isto, congratulamo-nos e apoiamos qualquer voto nesse sentido nesta Assembleia. ---

----- Fez uso da palavra o **Senhor Presidente da Assembleia**: Antes de passarmos ao minuto de silêncio, vamos aprovar os diversos votos de pesar: -----

VOTAÇÃO DO VOTO DE PESAR APRESENTADO PELA BANCADA DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA. -----

----- O Voto de Pesar apresentado pela Bancada do Partido Social Democrata, foi aprovado por unanimidade com 19 votos, sendo 8 votos do Partido Socialista, 5 votos do Partido Social Democrata, 1 voto do deputado Independente, 1 voto do Partido CHEGA, 1 voto do Bloco de Esquerda, 1 voto da Coligação Democrática Unitária, 1 voto do Centro Democrático Social e 1 voto do Presidente de Junta de Nossa Senhora de Fátima. -----

VOTAÇÃO DO VOTO DE PESAR APRESENTADO PELA BANCADA DO PARTIDO SOCIALISTA. -----

----- O Voto de Pesar apresentado pela Bancada do Partido Socialista, foi aprovado por unanimidade com 19 votos, sendo 8 votos do Partido Socialista, 5 votos do Partido Social Democrata, 1 voto do deputado Independente, 1 voto do Partido CHEGA, 1 voto do Bloco de Esquerda, 1 voto da Coligação Democrática Unitária, 1 voto do Centro Democrático Social e 1 voto do Presidente de Junta de Nossa Senhora de Fátima. -----

VOTAÇÃO DO VOTO DE PESAR APRESENTADO PELA BANCADA DO CENTRO DEMOCRÁTICO SOCIAL – PARTIDO POPULAR. -----

----- O Voto de Pesar apresentado pela Bancada do Centro Democrático Social – Partido Popular, foi aprovado por unanimidade com 19 votos, sendo 8 votos do Partido Socialista, 5 votos do Partido Social Democrata, 1 voto do deputado Independente, 1 voto do Partido CHEGA, 1 voto do Bloco de Esquerda, 1 voto da Coligação Democrática Unitária, 1 voto do Centro Democrático Social e 1 voto do Presidente de Junta de Nossa Senhora de Fátima. -----

Após a votação dos Votos de Pesar, foi efetuado por esta Assembleia Municipal um minuto de silêncio, em memória de Sua Santidade o Papa Francisco. -----

----- Fez uso da palavra o **Senhor Presidente da Assembleia**: Relativamente ao período de antes da ordem do dia, não deu entrada nenhuma moção, nenhuma recomendação e, sendo assim, vamos passar a outros assuntos não incluídos na ordem do dia. -----

----- Entrou-se de seguida, no período de antes da ordem do dia. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- Pediu a palavra o Senhor **Deputado Pedro Gomes**: Muito boa noite a todos. Boa noite à Mesa, boa noite Sr.^a Presidente da Câmara, deputados e funcionários da Câmara e um obrigado pelo vosso trabalho. Cumprimentar também quem nos vê em casa e quem está presente. -----

----- Faz hoje cinquenta e um anos que, por volta das vinte e duas e quarenta, tocava a música de Zeca Afonso e se desenrolava uma operação. -----

----- Num país que despertava o silêncio imposto, foi a juventude, inquieta, sonhadora e corajosa, que fez o 25 de Abril, que fez do 25 de Abril um dia irrepetível na história de Portugal. -----

----- Foram jovens soldados, jovens estudantes, jovens operários e jovens poetas que, ao recusarem a resignação, abriram o caminho à liberdade, à democracia e à construção de um Portugal plural, justo e solidário. -----

----- Ao evocarmos o 25 de Abril, não fazemos apenas como memória gloriosa de um passado heroico, mas como exigência do presente e do compromisso permanente. A liberdade nunca é um dado adquirido. É um património vivido que se cultiva, que se defende e se projeta com responsabilidade, consciência crítica e participação ativa. -----

----- As novas gerações têm a nobre missão de continuar esse legado, de questionar o que é tido como certo, de resistir às formas modernas de opressão, de lutar contra as desigualdades, de afirmar os valores da solidariedade, da justiça social, da inclusão e da paz. -----

----- Ser jovem em abril é assumir-se como um agente de transformação, denunciando o retrocesso e afirmando com coragem o direito a um futuro com dignidade. -----

----- Celebrar Abril é também reconhecer quem enfrentou o medo, desafiou a censura e ousou sonhar, quando sonhar era proibido. E é prestar homenagem a todos os que arriscaram a liberdade pessoal para conquistar a liberdade coletiva. É agradecer a quem semeou a esperança do “cravo ao peito” e fez da utopia um gesto concreto. -----

----- Num tempo em que emergem as novas ameaças, em que o discurso do ódio tenta substituir a palavra do diálogo e em que o compromisso e a ameaça ocupam o lugar da participação cívica, importa recordar que a liberdade não se adia, que a democracia se alimenta da voz dos cidadãos e que nenhuma geração está dispensada da responsabilidade de ser vigilante, atenta e presente. -----

----- Neste 25 de Abril, reafirmamos: A juventude não é o futuro, é acima de tudo o presente com vontade de mudar. -----

----- Que saibamos estar à altura da coragem de quem, antes de nós, ousou dizer basta. -----

----- Que saibamos preservar Abril e fazer dele todos os dias. -----

----- Saudamos todos os jovens que, à sua maneira, continuam a fazer Abril, nas escolas e universidades, nos movimentos sociais, nas associações, nos parlamentos, nas ruas e nos locais de trabalho. Em cada gesto de solidariedade, em cada combate à injustiça, em cada palavra dita com verdade, Abril vivo. -----

----- Que nunca nos falte a memória, a coragem e o inconformismo. -----

----- Pediu a palavra o Senhor **Deputado Bruno Melo**: Muito boa noite a todos os que estão presentes e a todos os que nos seguem a partir de casa. -----

----- Fundamentalmente, temos dois assuntos e, de forma muito telegráfica, para também não roubarmos muito tempo a todos. -----

----- Resíduos sólidos - Verificamos o crescente amontoar de lixo, principalmente junto a ecopontos. O que é que se passa? O que é que está a correr mal? Será que estamos a adequar o número de capacidade de cada contentor à crescente população da nossa cidade? Os próprios contentores estão descuidados e danificados. Há anos que não são reparados, que não são substituídos. A frequência de recolha estará adequada às necessidades? Foi alterada com a nova realidade que conhecemos da nossa cidade? Os pontos de distribuição, o próprio tipo de equipamentos. Será que está tudo bem na recolha de resíduos? Não nos parece. E é um assunto pelo qual nos devemos interessar e nos devemos preocupar. Não é de hoje, mas aproveitamos a oportunidade para o reiterar. -----

----- Acerca de cuidados urbanísticos, a imagem da nossa cidade, não melhora. Piora de dia para dia. -----

----- A nossa locomotiva 094, ou a tratamos como deve de ser, ou temos o dever de a entregar a quem cuide. Museus, Associações Ferroviárias, entre outras entidades que entendamos como capazes. Manifestamente não somos capazes. -----

----- Rua Pedonal, falamos do comércio, e é aliás um ponto que vamos discutir daqui a pouco, acerca do seu horário de funcionamento. Como é que está a nossa Rua Pedonal? Temos olhado para a nossa Rua Pedonal? Aquelas grelhas, aquele equipamento arquitetónico da nossa rua, devia ser decorativo, está desativado há dezenas de anos, diria eu. Tem sido mantido, para nunca funcionar. Portanto, diria que é um “elefante branco” que temos ali para gastar dinheiro e não extrairmos dele a utilização do equipamento que deveria ser. Será que

está adequado? Devemos desistir daquele equipamento? Se é para desistir daquele equipamento, é para deixar de o manter. Mas as pessoas não podem continuar a cair na nossa rua, não podem continuar a magoar-se e a imagem da cidade tem de ser cuidada. E é uma rua estratégica, diria eu, até em termos comerciais. -----

----- Edificação devoluta, na própria rua. Vemos com facilidade terrenos vedados com tapumes de obras, há dezenas de anos, com crescentes problemas de saúde pública, animais, problemas diversos que são sobejamente conhecidos. O que é que nós podemos fazer quanto a isto? Não podemos estar na mão de proprietários que, simplesmente, não cuidam do que é seu e que não utilizam também o que é seu para edificar aquilo que devia ser a infraestrutura de uma cidade. Ter resposta a problemas de uma cidade, como seja a habitação, como sejam os espaços verdes. Agora um terreno tapado com tapumes “*Ad Eternum*”, não nos parece, e seguramente todos concordamos, que não é uma forma de tratar o centro de uma cidade. E nós estamos aqui para cuidar da nossa cidade. -----

----- É certo que a Câmara tem de se sujeitar à legislação, à Lei e aos trâmites legais dos próprios processos, mas ter uma mão firme, ter uma estratégia e ter um diálogo e ir à conversa com os proprietários. Porque os proprietários também não beneficiam com terrenos devolutos, nem com propriedades devolutas. Há de haver aqui a necessidade de encontrar um ponto de encontro, uma convergência de interesses. -----

----- O edifício sede do Ferroviário, há anos que sabemos que existem ordens de demolição para aquilo. Eu sei que está entregue à justiça, mas saber o que é que tem sido feito, ou o que tem sido uma preocupação. Porque já nos habituamos ao nosso lixo. Porque quando estamos dentro da nossa terra, nem reparamos bem nestas inconformidades. Mas quem vem de fora, repara e eu, tenho algum embaraço em tentar justificar este tipo de falhas. Porque são necessariamente falhas. -----

----- Como disse, não vou roubar muito tempo, mas, de forma telegráfica, era deixar estes dois pontos, que têm muito a ver com a nossa cidade. Uma para quem vem de fora, outra para quem está cá dentro. -----

----- Ninguém mais querendo intervir, o **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra à Senhora Presidente da Câmara para que esta, caso entenda, desse uma alguma explicação/informação sobre os assuntos aqui abordados. -----

----- Foi dada a palavra à **Senhora Presidente da Câmara** para esclarecer as questões colocadas: -----

Muito boa noite a todos, aos senhores deputados, ao público presente e a quem nos segue em casa e aos funcionários. É bom ver a casa cheia, também de assistência. -----

----- Em relação às questões colocadas pelo senhor deputado Bruno Melo e em relação aos resíduos sólidos, eu não acompanho que haja os mesmos contentores avariados há anos. Que o mesmo contentor possa ter avariado, ter sido reparado e novamente danificado ou vandalizado, acompanho. Agora que daí resulte uma inação total da devida reparação, não posso acompanhar. -----

----- Posso dar-vos nota, por exemplo, que nos contentores que temos subterrâneos, estamos com uma dificuldade, porque aqueles que têm uma tampa de inox (o inox é vendido caro) custa alguns milhares de euros cada tampa e, o que acontece, é que nós colocamos e a seguir tiram-nas. Começámos a pôr de plástico e ainda os partem mais depressa, na perspectiva de passarem a mensagem de que é melhor pôr de inox que duram mais tempo, porque depois alguém os rouba para fazer negócio. Obviamente que são situações com que sempre vivemos e vamos continuar a ter de conviver com elas. -----

----- Vamos insistindo com a RESITEJO para melhorar a recolha. Nós temos um rácio de contentores adequado à população. Temos um rácio de contentores que garante que, num determinado raio de distância, estão contentores adequados e necessários. Não é pressuposto, para já, aumentá-los, porque isso levaria a ter mais contentores na rua e as pessoas vêm sucessivamente reclamar que não os querem à porta. Que não os querem perto das janelas,

que os passeios são estreitos, enfim, uma das últimas observações que me fizeram, com todo o sentido na Câmara Municipal, foi que devíamos ter atenção para que os contentores não tenham a tampa virada para a estrada, que obriga as pessoas a irem para a estrada para depositarem os seus sacos. Infelizmente, isso acontece, por vezes, quando os operadores, ao fazerem a recolha, movimentam o contentor e não vêem se ele está bem. Todos nós temos falhas no exercício das nossas funções, vamos chamando à atenção. De qualquer maneira, não deixa de ter razão ao referir que temos contentores estragados, mas estes são reparados e voltam a estragar e voltam a ser reparados. É o que lhe posso dizer. -----

----- Quanto às outras questões que referiu, já foram aqui várias vezes abordadas. Nós não temos as competências que gostaríamos para agir com a desejada celeridade junto dos privados, para fazerem aquilo que o senhor deputado referiu. Recorrer ao Tribunal, também leva a que tenhamos processos anos a fio a aguardar, como podem ver na informação ao Presidente da Assembleia no relato dos processos judiciais, que estão alguns a aguardar sentença há anos. Portanto, também não é solução. -----

----- Obviamente que agradecemos todas as críticas e, dentro da medida do possível, iremos tomar as medidas que se possam tomar, na certeza de que não conseguimos obrigar os privados a fazer determinadas coisas. E temos algumas situações de ruína, que eu já pedi o levantamento das mesmas, estão identificadas, para tomarmos medidas no âmbito das normas do urbanismo. -----

----- Em relação ao antigo espaço da Sede do Ferroviário, o processo arrastou-se porque esteve muitos anos em Tribunal para se esclarecer quem era o proprietário. Houve obras não licenciadas, depois houve um embargo, houve toda uma complicação que é do vosso conhecimento. Esclarecida que ficou a questão da titularidade do imóvel, é um banco, foi notificado por esta Câmara para proceder à demolição. Deu-se o prazo de Lei e, passado o tempo do prazo, vieram pedir mais prazo, porque tinham em mente uma operação urbanística para evitar a demolição e, não tendo acontecido, eu mandei notificar, se não estou em erro em fevereiro, para voltar então a serem tomadas as medidas de demolição. Nos termos da deliberação que foi tomada há algum tempo, penso que têm um prazo de seis meses. Estamos a tomar conta desse prazo para, assim que ele ocorra, podermos tomar as medidas possíveis. --

----- De seguida, o **Senhor Presidente da Assembleia** passou ao período de intervenção do público. -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

----- Interveio a munícipe **D. Maria Margarida Ribeiro Macedo**: A minha questão é simples. Face ao atual enquadramento de insegurança que se passa nesta cidade e que é tratada como perceção, gostaria de saber quais são as medidas que este Executivo está a pensar tomar em relação a isso. -----

----- Não me sinto segura a andar na rua. A minha filha, que está a trabalhar fora da cidade, cada vez que vem ao Entroncamento, vem sempre com medo. -----

----- A perceção também é um bocado culpa das pessoas, porque eu compreendo que, se são assaltadas, se têm medo e não dão queixa, eu compreendo isso. Mas gostaria de saber qual é a possibilidade de colocação de câmaras, ou de qualquer outra medida que diminua este sentimento de insegurança. -----

----- Foi dada a palavra à **Senhora Presidente da Câmara** que prestou o seguinte esclarecimento: Em relação ao sentimento de insegurança, todos nós temos conhecimento que o sentimento de insegurança não é propriamente equivalente à realidade da insegurança. É uma questão individual, é um sentimento próprio de cada um e, vão desculpar-me a franqueza, por vezes fomentado por notícias falsas. -----

----- Ainda esta semana, houve duas notícias de duas alegadas tentativas de rapto, uma em Torres Novas, outra no Entroncamento. Até diziam à frente da PSP. Que tinham feito participação à polícia e, no dia seguinte, veio a esclarecer-se que eram notícias falsas. -----

----- Infelizmente, quem segue muito as redes sociais, e com isto eu não estou a dizer que não haja assaltos, que não haja tráfico, não estou a dizer que não haja uma série de coisas. Mas o que estou a dizer, é que, tradicionalmente, em vésperas de eleições, aumentam estas notícias de alegadas ameaças de raptos, estas notícias nas redes sociais começam a aparecer para fomentar esse sentimento de insegurança. Estamos em vésperas de eleições legislativas e eu estou à espera de que, a partir do final do mês de agosto, na proximidade das autárquicas, aconteça o mesmo, porque é isso que, infelizmente, temos verificado em todas as eleições e, já vou no terceiro mandato que presenciei no município. -----

----- Dizer-lhe, contudo, que está em curso, e não depende da Câmara, um projeto de instalação de câmaras na cidade. Esse projeto está com a PSP, com as autoridades nacionais de segurança, que têm feito a sua avaliação, as sugestões, as alterações e, estamos a aguardar que o terminem. É um processo demorado. A Câmara não tem autonomia para decidir sozinha essa instalação. Não é da sua competência. É apenas da sua competência colaborar com os serviços e suportar as despesas. -----

----- Como sabem também, e nunca é demais lembrar, as competências do Município estão definidas por Lei e, na área da segurança, competem às forças de segurança. Nós colaboramos. Sabemos que há dificuldades com as Forças de Segurança, estamos disponíveis para apoiar em tudo, mas, medidas que, se calhar gostaria de ver, como eu também gostaria, ter agentes na rua e não os ter a fazer gratificados, ter agentes a fazer, no exercício das suas funções, aquilo para a qual existe uma Polícia de Segurança Pública, tratar da segurança pública na via pública dos cidadãos. Infelizmente, todos sabemos as dificuldades que há de recrutamento e, por motivos com os quais eu discordo plenamente e não me coibo de o dizer em público, estão sucessivamente no seu tempo de descanso, e é isso que eu condeno, não tenho nada contra que as pessoas queiram trabalhar, mas é no seu tempo de descanso, em função a trabalhar para privados em regime de gratificado. É lamentável que, num país como o nosso, isso aconteça. Mas é a verdade e a Câmara também não pode fazer nada. -----

----- Portanto, câmaras de vigilâncias, estamos a aguardar, esperemos que seja para breve; A Esquadra da PSP que temos neste momento, cedida pela Câmara à PSP, está prestes a haver uma mudança. O novo edifício, já hoje tiraram a vedação que o isolava, na rua que dá para o Centro de Saúde e para a Rua Dom Carlos. Tem algum atraso, mas está a andar e a obra está em franco desenvolvimento. Havia uma previsão de conclusão para 20 de abril, que não vai acontecer. Tem um adiamento para doze de junho. -----

----- Dizer-lhe também que, em todos os esforços que temos feito junto das entidades que dirigem a PSP, a nível distrital e nacional, para ter aqui mais equipas, diziam-nos que não era possível porque, nomeadamente, uma equipa de intervenção rápida estar instalada no Entroncamento não era possível, porque nós não tínhamos condições logísticas para que isso acontecesse. A nossa esperança é que, com a conclusão da Esquadra e reunidas essas condições logísticas, possamos então ter aqui uma equipa de intervenção rápida. -----

----- Não havendo mais ninguém no público que pretendesse intervir, o **Senhor Presidente da Assembleia** passou de imediato aos pontos da Ordem do Dia. -----

ORDEM DOS TRABALHOS

PONTO NÚMERO UM

“**APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO**, ao abrigo do disposto na al.^a c) do n.º 2 do art.º 25.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro” -----

----- Ninguém querendo intervir, foi dada a palavra à **Senhora Presidente da Câmara**, tendo esta declarado: -----

----- Já vou tendo a satisfação de verificar, ao longo das últimas Assembleias, que os senhores deputados leem a Informação que é remetida à Assembleia. Ela é clara e objetiva, aliás, resulta da informação recolhida junto dos dirigentes dos serviços, que dão nota do trabalho

que fizeram. Neste caso, ao longo do mês de fevereiro e de março. E, se não há dúvidas, não vale a pena estar a massacrar, a dizer coisas que já todos conhecem. -----

----- O **Senhor Presidente da Assembleia**, entrou de seguida no ponto dois da ordem de trabalhos. -----

PONTO NÚMERO DOIS -----

“**APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DOS PERÍODOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE VENDA AO PÚBLICO E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO ENTRONCAMENTO**, de acordo com a al.^a g) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro” -----

----- Fez uso da palavra o **Senhor Presidente da Assembleia**: Recordo que estes quatro pontos que temos, foram aprovados por unanimidade na Câmara. -----

----- Atendendo a que ninguém manifestou vontade de intervir, o **Senhor Presidente da Assembleia** passou à votação deste ponto dois. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO DOIS DA ORDEM DE TRABALHOS: -----

----- O ponto número dois da Ordem de Trabalhos, foi **aprovado por unanimidade**, com **dezanove votos**, sendo, oito votos do Partido Socialista, cinco votos do Partido Social Democrata, um voto do membro Independente, um voto do Partido CHEGA, um voto do Bloco de Esquerda, um voto da Coligação Democrática Unitária, um voto do Centro Democrático Social- Partido Popular e um voto do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima. -----

----- Entrou-se de seguida no ponto três da Ordem de Trabalhos. -----

PONTO NÚMERO TRÊS -----

“**APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO, REFERENTE AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO 3/2001 – ADITAMENTO AO N.º 4**, de acordo com a alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro” -----

----- Pediu a palavra a Senhora **Deputada Susana Vieira da Cruz**: Relativamente a este ponto 3, a Bancada do PSD vai votar favoravelmente. No entanto, gostaríamos de saber, se é que nesta altura é possível sabê-lo, ou se mais à frente teremos esta informação, relativamente à área que vai ser cedida aqui, nesta operação urbanística, a um particular; posteriormente, se esta área será cedida a título gratuito, ou se será uma transmissão onerosa. Gostaríamos depois de ter conhecimento da forma como este processo depois terá continuidade. -----

----- Ninguém mais querendo intervir, o **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra à Senhora Presidente da Câmara para que esta pudesse esclarecer a questão aqui colocada. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara**: Este ponto, como está bem explicado, tem a ver com uma alteração de um loteamento. Até há relativamente pouco tempo, as alterações de loteamento, havia um entendimento, aliás, um acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, anotado pela professora Fernanda Paula Oliveira, que justificava que os loteamentos são da competência do município, as alterações aos mesmos são da exclusiva competência do município e o município, no âmbito do exercício dessas competências, tinha toda a liberdade para, em fase de uma alteração, uma área que tinha sido inicialmente para domínio público municipal, fosse para que fim fosse, sendo necessário alterar, podia fazê-lo. -----

----- Houve uma alteração legislativa relacionada com alterações ao código do registo predial e aquilo que os senhores conservadores, com quem eu falei, notários, explicaram, é que, neste momento, isso não é possível. Portanto, temos que fazer a desafetação do domínio público, vir aqui à Assembleia e depois então, tratar de celebrar um negócio jurídico, uma escritura, uma permuta, aquilo que vier a ser entendido, para que o privado possa ser titular dessa área. Portanto, aquilo que nós fizemos, e numa perspetiva de ir fazendo também faseadamente, e também porque me pareceu a mim que faz todo o sentido que se siga este procedimento, é, em primeiro lugar, tratar da desafetação, obter as devidas autorizações (aprovação dessa

desafetação na Câmara e depois na Assembleia) e, de seguida, ver com um cartório notarial, qual é o negócio jurídico mais adequado, ver as condições e levar à Câmara a minuta para aprovar. Portanto, há de haver um negócio jurídico a seguir, para tratar da transmissão dessa área, para o privado. -----

----- O que aconteceu neste aditamento, nesta alteração em concreto, é que os lotes destinavam-se a habitação coletiva, num projeto já com alguns anos, que não responde às necessidades atuais ou procura atual, e os promotores entenderam alterar para habitação unifamiliar, para vivendas. E com essa alteração, há uma série mudanças, de modificações que entenderam promover. Temos lotes que nos documentos que foram à Câmara, perderam à volta de cento e tal metros quadrados, outros menos e, há outros lotes que ganham área. Assim como há áreas que estavam no domínio privado e vêm para o domínio público, isso não tem de vir à Assembleia. O que estava inicialmente aqui em causa, são mil e seiscentos, ou à volta de mil e seiscentos metros, mas, neste deve / haver, o que realmente passa a mais para os privados, são os mil e trinta e três metros. -----

----- Penso que respondi à questão e temos outros processos semelhantes que têm de vir também a esta casa. -----

----- Voltou a pedir a palavra a Senhora **Deputada Susana Vieira da Cruz**: Pelo que eu percebi, a opção pelo tipo de instrumento jurídico, ainda não está definida, nem se será a título gratuito ou oneroso. Ou seja, estes mil e trinta e três metros terão alguma contrapartida ao Município? -----

----- Esclareceu a **Senhora Presidente da Câmara**: Isso é uma decisão que cabe ao Executivo Municipal decidir quando aprovar a minuta do negócio jurídico. Eu não tenho esses elementos, pelo que não lhe posso responder. -----

----- Atendendo a que mais ninguém pretendeu intervir, o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou este ponto da Ordem de Trabalhos à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO TRÊS: -----

----- O ponto número três da Ordem de Trabalhos, foi **aprovado por unanimidade**, com **dezanove votos**, sendo, oito votos do Partido Socialista, cinco votos do Partido Social Democrata, um voto do membro Independente, um voto do Partido CHEGA, um voto do Bloco de Esquerda, um voto da Coligação Democrática Unitária, um voto do Centro Democrático Social- Partido Popular e um voto do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima. -----

----- Passou-se de seguida ao ponto quatro da Ordem de Trabalhos. -----

PONTO NÚMERO QUATRO -----

“APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE COMPOSIÇÃO DO JURI DE RECRUTAMENTO REFERENTE À PROPOSTA PARA ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DE CARGO DE DIRIGENTE INTERMÉDIO DE 1.º GRAU – UM LUGAR DE DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS E DE 3.º GRAU – UM LUGAR DE CHEFE DE UNIDADE DE APOIO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO, de acordo com o n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto” -----

----- Pediu a palavra o Senhor **Deputado Bruno Melo**: Quando há pouco falou que todos os pontos foram aprovados por unanimidade, eu não tenho essa informação. Se reparar nos pontos que nos foram entregues, neste ponto quatro está a deliberação acerca do ponto quinze, que tem a ver de facto com a desafetação do domínio público para domínio privado. -----

----- Posto isto, não sei como é que entende proceder. -----

----- Eu não tenho essa informação e, por não ter essa informação, salientava só o que é que devemos fazer em termos de seguir as regras da casa e garantir que não há precedentes. Se não deveríamos retirar este ponto e votá-lo numa próxima Assembleia. -----

----- Fez uso da palavra o **Senhor Presidente da Assembleia**: Penso que todos os senhores deputados receberam a documentação que estava no link. -----

----- Voltou ao uso da palavra o Senhor **Deputado Bruno Melo**: A informação que está no link, neste ponto, está errada. Está relacionada com outro ponto. Houve aqui um lapso dos serviços. Sem querer julgar os serviços, nem querer prejudicar o funcionamento da Câmara, mas o que é um facto, é que a informação que nos foi entregue, não é conforme o que nos é dado a saber, designadamente pela sua afirmação, de terem sido todos aprovados por unanimidade. Para mim foi novidade, porque eu não conhecia, com base na informação que nos foi disponibilizada pelo tal link, da informação deste ponto. -----

----- Assim, julgo que este ponto deva ser retirado e sujeito a votação numa próxima assembleia, quando tenhamos o devido conhecimento da informação acerca do ponto. -----

----- Pediu a palavra o Senhor **Deputado Ricardo Antunes**: Efetivamente, eu também tenho a deliberação, mas para o que consta, aquilo que nós nos estamos a pronunciar, não é sobre a deliberação da Câmara Municipal, mas sim sobre a proposta. E essa consta na documentação.

----- Também não entendo estar aqui a criar um entrave administrativo, levando isto para uma próxima assembleia e não fazendo efetivamente aquilo que deve ser feito, que é depois do regime de substituição, abrir rapidamente um procedimento concursal para o recrutamento, neste caso, um dirigente intermédio de primeiro grau. -----

----- Pediu a palavra o Senhor **Deputado Mário Balsa**: Senhor Presidente e senhores deputados, nós temos a documentação toda correta. A proposta do ponto está cá, está instruída como deve ser, está tudo em condições. A única questão é que, eventualmente, houve um lapso ao nível dos serviços e, a deliberação que consta neste ponto, é a deliberação do ponto anterior. Mas isto é uma mera informação que nos vem. Isto é irrelevante para a decisão, porque nós não decidimos, nem votamos aqui, qual é que foi a decisão da Câmara. É uma informação que recebemos extra sobre a proposta. Mas a proposta sobre a questão do recrutamento, está cá toda e está tudo como deve ser. Só que provavelmente, ao construir o PDF, foi colocada a deliberação do ponto anterior sobre a desafetação do domínio público. ---

----- No entanto, perante o que aqui está e tendo em conta que o documento que nos dá a informação necessária para que possamos refletir e decidir sobre ele, está cá. Eu não vejo que haja aqui qualquer entrave legal sequer. Porque esta informação sobre o que a Câmara deliberou, é meramente um apenso que vem, é uma transcrição. Se a Câmara não tivesse deliberado, não vinha cá. Mas não é algo que nós vamos deliberar sobre. Portanto, não vejo qualquer impedimento aqui. A proposta está cá. -----

----- Voltou a pedir a palavra o Senhor **Deputado Bruno Melo**: É claro que tenho que me insurgir. Ou entendíamos que necessitamos de ter aqui essa informação, ou entendemos que não precisamos dela e não temos para nenhum dos pontos. Ter para alguns e ter errada para outros, parece, lá está, abrir mais um precedente nesta casa. E quando abrimos precedentes, de vez em quando ficamos com o menino nas mãos! E depois, como é que a gente resolve este assunto? Então um dia vamos votar um ponto que, afinal, era o único ponto que não tinha a informação adequada, mas afinal, a informação que estava até nem era necessário que fosse toda e era só parcial e assim bastava para votarmos o ponto. Mas os outros têm informação na totalidade. -----

----- Senhor Presidente, vamos lá a ver, temos de ter alguma elevação e temos de ter algum cuidado a tratar este tipo de assuntos! É claro que existe um espaço para o erro humano, mas temos de enquadrar o erro humano. Quer dizer, se houver aqui um manifesto prejuízo para o funcionamento dos serviços da Câmara Municipal, por este ponto não ser votado hoje, devemos de forma clara e transparente referir esse assunto e dizer, de facto, houve aqui um assunto e vamos abrir um precedente com um parêntesis! Vamos abrir um precedente. Percebemos que houve aqui um erro na divulgação da documentação, mas, a não votação deste ponto, leva a problemas orgânicos, funcionais, o que seja. E se assim for, estamos cá para falarmos sobre ele. Agora, simplesmente branquear que o ponto veio errado, ou que o documento veio errado e que o votamos na mesma, parece-me abrir, lá está, um precedente

que, daqui a algum tempo, pode ter consequências porventura, maiores, menores, não dimensionáveis ou não quantificáveis. -----

----- Enfim, pode ser uma questão de pormenor, mas quantas vezes falhamos em questões de pormenor! E eu gostava que não falhássemos nesta questão de pormenor. É a minha opinião, é a nossa opinião de coletivo e deixo aqui à sugestão da própria Assembleia que deve ser unânime neste assunto. Se abrimos mais precedentes, se já abrimos precedentes suficientes, como é que vamos gerir ou abrir precedentes futuros, se continuamos a tratar de precedentes anteriores. É só isto Senhor Presidente. -----

----- Fez uso da palavra o **Senhor Presidente da Assembleia**: Senhor deputado, o senhor aludiu aí uma série de problemas que eu não me recordo de nenhum, sinceramente. -----

----- Aconteceu aqui, há umas sessões atrás, em que de facto, a deliberação da Câmara não tinha chegado a tempo, penso que foi isso, mas o assunto, aquilo que o senhor tem que aprovar hoje, se quiser aprovar, está cá. O senhor leu o documento, leu o assunto. O senhor só tem que me dizer se concorda ou não concorda. Se aprova ou rejeita esta proposta. Mais nada.

----- A deliberação da Câmara é uma informação suplementar. Nós trazemos essa informação e, de facto, houve um lapso ao anexarem o documento, não anexaram o documento correto. Mas essa é uma informação suplementar. -----

----- Certamente o senhor sabe que, se o ponto não tivesse sido aprovado em reunião de Câmara, nunca viria aqui. O senhor faltou à reunião da Comissão Permanente, e como sabe, muitas vezes acontece na Comissão Permanente, por uma questão de agendamento, nós trazermos pontos e dissermos que, se isto não for aprovado pelo executivo, será retirado. Portanto, se veio à Assembleia, este ponto foi aprovado. Quanto ao pormenor se foi aprovado por maioria, ou por unanimidade, sinceramente, é um pormenor. -----

----- A questão que o senhor está a colocar, é uma questão académica, enfim, é uma intervenção e tem sentido para si. Eu compreendo tudo isso. Mas não pode invocar dúvidas sobre o conteúdo e muito menos falar em “branqueamento”. É uma palavra feia, não se usa aqui. Nós aqui não usamos isso. Branqueamento é outra coisa, senhor deputado. Peço desculpa, mas achei essa sua intervenção, sinceramente, um pouco arriscada. Já estamos a ir para outro nível, não o nosso. Penso eu! O meu não é e não esperava isso de si. Sinceramente. Branqueamento, é muito grave, senhor deputado. -----

----- Pediu a palavra o Senhor **Deputado Ricardo Antunes**: Acho que o senhor Presidente foi claro. Eu só queria dizer uma coisa, normalmente, no teor da deliberação, consta que foi presente, neste caso pela Senhora Presidente, que é quem assina a proposta no fim, transcrevem a proposta e no final tem uma deliberação. Nós estamos aqui, e é o que está na ordem de trabalhos “apreciação e votação da proposta de composição júri”, portanto, é isso que nós temos de apreciar. Se me tivessem a dizer que faltava um documento das contas, aí concordava em pleno com o deputado Bruno Melo e pedia, efetivamente, que se retirasse o ponto. Agora, desta forma, acho que é, claramente, um exagero de forma e, se calhar, estou a usar um eufemismo. -----

----- Pediu a palavra a Senhora **Deputada Susana Vieira da Cruz**: De facto, não podemos olvidar e negar que efetivamente o documento está trocado. Portanto, tratou-se de um erro humano, de um lapso. Penso que, o que temos de aferir é se, de facto, este lapso prejudica, ou não prejudica a apreciação e a votação aqui deste ponto. -----

----- Eu penso que o senhor deputado Bruno Melo, entendo a defesa do formalismo e do cumprimento daquilo que é o regimento e acompanho nesse aspeto. Entendo também que, neste caso concreto, atendendo à natureza da matéria e penso que não traz prejuízo o facto de o aprovarmos ou de o pormos a votação nas circunstâncias em que está, se todos estiverem de acordo e ficar consignado em ata que, efetivamente, houve aqui um lapso na junção do documento, mas que não preclude que o mesmo seja apreciado e colocado à votação. Eu proponho que seja feito, de facto, esse procedimento. -----

----- Atendendo a que mais ninguém se quis manifestar, o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou o ponto quatro à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO QUATRO: -----

----- O ponto número quatro da Ordem de Trabalhos, foi **aprovado por unanimidade**, com **dezanove votos**, sendo, oito votos do Partido Socialista, cinco votos do Partido Social Democrata, um voto do membro Independente, um voto do Partido CHEGA, um voto do Bloco de Esquerda, um voto da Coligação Democrática Unitária, um voto do Centro Democrático Social- Partido Popular e um voto do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima. -----

----- O Senhor **Deputado Bruno Melo** pediu a palavra para efetuar a seguinte declaração de Voto: -----

DECLARAÇÃO DE VOTO DO DEPUTADO BRUNO MELO - COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA -----

*«Julgo ter sido claro na minha intervenção anterior. Relativamente ao assunto de branqueamento, tem a ver com passar esta questão, ou este tipo de situações, como normais e aceitáveis. Faço minhas as palavras da senhora deputada Susana Cruz. -----
Concordo que não fica ferido em termos de votação, o ponto, e por isso mesmo votámos de forma favorável. -----*

Entendemos apenas que devemos ter algumas regras nesta casa e não devemos ficar reféns de erros, de procedimento ou regimento, acerca de cada ponto que venha aqui a esta casa para votação.» -----

----- Entrou-se de seguida no ponto cinco da Ordem de Trabalhos. -----

PONTO NÚMERO CINCO -----

“APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS – RELATÓRIO DE GESTÃO 2024, de acordo com a alínea l) do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro” -----

----- Não havendo pedido de intervenção para este ponto da Ordem de Trabalhos, o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou o ponto à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO CINCO: -----

----- O ponto número cinco da Ordem de Trabalhos, foi **aprovado por unanimidade**, com **dezanove votos**, sendo, oito votos do Partido Socialista, cinco votos do Partido Social Democrata, um voto do membro Independente, um voto do Partido CHEGA, um voto do Bloco de Esquerda, um voto da Coligação Democrática Unitária, um voto do Centro Democrático Social- Partido Popular e um voto do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima. -----

----- Entrou-se de seguida no ponto seis da ordem de trabalhos. -----

PONTO NÚMERO SEIS -----

“DESIGNAÇÃO DE MEMBRO PARA INTEGRAR A COMISSÃO ALARGADA DA COMISSÃO DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS, EM SUBSTITUIÇÃO DO DR. JOÃO COSTA LOPES, nos termos da alínea l), ponto 1, do artigo 17.º, da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei 142/2015 de 8 de setembro (Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo)” -----

----- Fez uso da palavra o **Senhor Presidente da Assembleia**: Temos aqui de fazer uma eleição. Não sei se há propostas, se há nomes a indicar. -----

----- Pediu a palavra a Senhora **Deputada Susana Vieira da Cruz**: Relativamente a este ponto seis, temos uma proposta para designação de um membro para integrar a Comissão Alargada da CPCJ, que foi um nome obtido, por acordo, também pela Bancada do PS, pela Bancada do CDS, também a pela Bancada da CDU. Portanto, será um nome de todas estas Bancadas. -----

----- Gostaria assim de passar à apresentação do nome da pessoa indicada por todas estas Bancadas: -----

----- O nome indicado é a **Dr.^a Ana Rosa Nina Pereira Martins Rodrigues dos Santos**, também conhecida pelo nome profissional de Ana Rosa Santos, nascida a dezanove de agosto de mil novecentos e sessenta e três, licenciada em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, cuja experiência profissional, remonta a mil novecentos e noventa e cinco. É advogada desde mil novecentos e noventa e cinco. É portadora da cédula profissional número mil e três e é inscrita na Comarca do Entroncamento desde essa data. -----

----- Concomitantemente, para além do exercício da advocacia, desde essa data até ao presente, também é formadora externa em várias entidades público/privadas, nomeadamente o Instituto de Emprego e Formação Profissional, o IPJ, União das Misericórdias Portuguesas e outras entidades privadas que me vou abster, porque o currículo, efetivamente, é extenso também aqui nesta matéria. -----

----- O que eu gostaria de dizer, é que a Dr.^a Ana Rosa Santos, para além de ser uma pessoa idónea e de reconhecido mérito, é, acima de tudo, uma pessoa com vontade, disponibilidade e tem as competências e as aptidões necessárias, quer a nível pessoal, quer a nível profissional, para desempenhar as funções que o cargo exige e também prosseguir a missão que a CPCJ prossegue e que muito necessita. -----

----- Este então, será o nome que será indicado. -----

----- Pediu a palavra a Senhora **Deputada Andreia Dias Domingos**: Nós juntamo-nos na indicação da Dr.^a Ana Rosa dos Santos. É para nós uma honra poder contar com alguém com mérito reconhecido de humanidade e competência. -----

----- Era um desejo nosso, de longa data, que a Dr.^a Ana Rosa dos Santos pudesse colaborar com a CPCJ. Assim, e tendo a Dr.^a aceite o convite, só nos podemos congratular e juntar a esta indicação. -----

----- Fez uso da palavra o **Senhor Presidente da Assembleia**: Temos aqui os boletins de voto e vamos votar. Dado só temos a indicação de um nome, **vamos proceder à votação secreta**, bastando para o efeito escrever sim, ou não, no respetivo boletim de voto que vai ser distribuído. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO SEIS: -----

----- Efetuada a chamada dos eleitos e a contagem dos boletins, verificou-se que o nome indicado pelas diversas Bancadas foi **aprovado por unanimidade** com **dezanove votos**, sendo, oito votos do Partido Socialista, cinco votos do Partido Social Democrata, um voto do membro Independente, um voto do Partido CHEGA, um voto do Bloco de Esquerda, um voto da Coligação Democrática Unitária, um voto do Centro Democrático Social- Partido Popular e um voto do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima. -----

Foi assim designada, por unanimidade, a Dr.^a Ana Rosa dos Santos (Advogada), para integrar a Comissão Alargada da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Entroncamento. -----

----- Fez uso da palavra o **Senhor Presidente da Assembleia**: Encontra-se assim eleita a Dr.^a Ana Rosa Santos, para integrar a Comissão Alargada da CPCJ, pelo que lhe desejamos muito sucesso no seu trabalho. -----

----- Amanhã temos a sessão solene do 25 de Abril, já foram todos convidados, senhores vereadores, senhores deputados, público em geral. Portanto, é sempre bom estarmos presentes. -----

----- Recordar também que temos aqui bilhetes, para quem quiser, para o espetáculo que vai acontecer às seis da tarde. É um para cada um, caso estejam interessados. E convém confirmar a presença pois, dado que são lugares na frente, se ficarem vazios, poderão ser colocados à disposição do público, para que não haja lugares vazios. -----

----- Mais uma vez, agradecer a presença de todos, agradecer a quem nos acompanhou à distância e aos funcionários que deram apoio. Uma boa noite a todos, bom feriado e um bom 25 de Abril para todos. -----

----- Nada mais havendo a tratar, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu por encerrada a sessão quando eram 22 horas e 19 minutos. -----

----- Todos os assuntos agendados na Ordem dos Trabalhos foram aprovados em minuta. -----

----- A presente ata, depois de lida e visada pelo/a Primeiro/a Secretário/a, vai por ele/a assinada e pelos restantes membros da Mesa. -----

- O Presidente da Assembleia:

- A 1.^a Secretária: _

- A 2.^a Secretária: ___
